

Parlamentares querem deságio da dívida

A fixação de um percentual — entre 50% e 60% — sobre o saldo da balança comercial para amortização da dívida e a compra do débito pelo banco Mundial pelo valor resultante da aplicação do deságio praticado no mercado financeiro internacional são as duas alternativas básicas que os representantes dos países devedores apresentarão como resultado da Assembleia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida Externa, que começa hoje pela manhã no auditório Petrônio Portela, do Senado.

Reunindo mais de cem representantes das três Américas e delegados da Europa, como o ex-chanceler alemão Willy Brandt, a assembleia pretende extrair, após três dias de debates, um documento com os caminhos a serem seguidos pelos devedores como solução da crise financeira que atravessam. O senador Marcondes Gadelha, presidente do encontro, é de opinião que não há outro rumo a não ser um dos apontados acima. A posição dos parlamenta-

res latino-americanos é de que a retomada da elevação das taxas de juros e a contínua degradação do intercâmbio dos endividados “não deixam dúvida de que se preparam dias ainda mais difíceis para as populações de nossos países”.

Para o senador Marcondes Gadelha o caminho mais racional a ser seguido será vincular um percentual do excedente das exportações ficando a outra parte como estimulador do crescimento das economias dos países devedores. “É importante ter dinheiro para que esses países saiam da recessão”, afirma o senador do PMDB paraibano. No segundo caso — compra da dívida — Marcondes Gadelha observa que, na situação brasileira, o débito poderia ser quitado dentro de um determinado prazo, já que estaria reduzido praticamente à metade. A dívida brasileira está em torno de US\$ 50 bilhões, se aplicado um deságio de 45% a 50%.

Além desses pontos, o senador Marcondes Gadelha é de

opinião que só a criação de um mercado comum latino-americano, no modelo reforçado durante a reunião de Acapulco, no final de novembro, com a presença do Grupo dos Oito, será capaz de fortalecer a posição dos devedores, que também devem contar com a cooperação dos credores, que controlam totalmente as regras do jogo.

Para o senador Carlos Chierelli, que integra a Comissão da Dívida Externa do Senado, a solução para a crise vivida pelos países latino-americanos só ocorrerá quando essas regras forem mudadas, levando os credores a entender que não interessa para seus países a ocorrência de convulsões sociais nos países devedores, que serão levados a isso pelo constante crescimento de suas dívidas em níveis superiores ao que suas economias suportam.

Os modelos de ajuste impostos pelo Fundo Monetário Internacional, afirma Carlos Chierelli, não são mais viáveis na América Latina.